

SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E FAMÍLIA

*Ivana Teixeira Silveira**

Resumo: Este artigo se refere às inter-relações estabelecidas entre sociedade, educação e família à luz dos conceitos de *habitus* e estratégia, delineados na Sociologia de Pierre Bourdieu. Tem um caráter teórico-conceitual, pois propõe discussão com vários pesquisadores da área de família. De um lado, permite delinear a educação como sinônimo de sociabilidade, fundamentando o consenso sobre o sentido do mundo social. Por outro lado, fixa o conceito de família desatrelado dos pólos de ruptura entre as supostas *família tradicional* e *família contemporânea*. O trabalho de instituição da família é decorrente dos processos concomitantes de construção e de dissolução da educação, por sua vez, à mercê das disposições do *habitus* e da lógica das estratégias.

Palavras-chave: *Habitus*. Estratégia. Educação. Família.

SOCIETY, EDUCATION AND FAMILY

Abstract: This paper deals with the interrelationship that has been established between society, education and family, taking into account the *habitus* strategies delineated in Pierre Bourdieu's Sociology. The paper has a theoretical and conceptual characteristic, once it proposes a discussion with several family researchers. On one hand, it allows to delineate education as a synonym of sociability based on the consent of meaning of the social world. On the other

* Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). Docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). E-mail: teisil@ig.com.br.

hand, it establishes the family concept unleashed from the rupture poles between the supposed *traditional family* and the *contemporary one*. The job of the family institution is due to the concomitant processes of construction and of dissolution of education, at the mercy of the dispositions of the *habitus* and of the strategic logic.

Key words: *Habitus*. Strategy. Education. Family.

Introdução

A sociologia de Pierre Bourdieu estabelece enlaces interessantes entre sociedade, educação e família, à luz dos conceitos de *habitus* e de estratégia. A educação é efetivada como sinônimo de sociabilidade, implementada pelos agentes nas várias instituições sociais, incluindo a família (BOURDIEU, 1983).

O *habitus* é um sistema de predisposições que conduz as ações sociais, de forma que é possível situar tais disposições como estruturas incorporadas que intermedeiam estruturas estruturadas e estruturantes: “sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas (estruturas objetivas) predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes (estruturas subjetivas), isto é, como princípio gerador e estruturador de práticas e representações” (BOURDIEU, 1983, p. 61).

A intersubjetividade dos agentes e a predisposição de serem guiados por estruturas superiores delineiam o circunstancial das ações sociais encadeadas pelo *habitus*. Com isto, os agentes sociais sempre delimitam seus comportamentos de acordo com situações variadas, descontínuas e imprevisíveis do cotidiano da vida social: “Cada agente, quer ele saiba ou não, quer ele queira ou não, é produtor e reproduzidor de sentido objetivo: porque suas ações e suas obras são o produto de um *modus operandi* do qual ele não é o produtor e do qual não tem o domínio consciente” (BOURDIEU, 1983, p. 72).

Nas suas interações, os agentes, dotados do mesmo tipo de *habitus*, tendem a executar suas ações de acordo com as reações e expectativas criadas em torno de si mesmos. Isto acontece porque o

habitus é o grande impregnador das práticas dos agentes: “[...] quem bebe champanha opõe-se a quem bebe uísque, mas também se opõem a quem bebe vinho tinto; mas quem bebe champanha tem muito mais chances do que quem bebe uísque e muito mais do que quem bebe vinho tinto, de ter móveis antigos” (BOURDIEU, 1987, p. 160). Assim, a socialização é implementada com o desenvolver de uma série de produções de *habitus* no decorrer da vida dos agentes.

Na condição de elemento constitutivo do *habitus*, a família implementa-se como categoria social objetiva (estrutura estruturada) e subjetiva (estrutura estruturante). Na primeira, os agentes familiares apresentam-se como executores da estrutura. São agentes “passivos” diante de algo que se encontra fora das suas dimensões individuais. A segunda é impregnada do individual para o social, isto é, os membros familiares tornam-se ativos, mediante as determinações estruturais.

Bourdieu (1987) também define família como estratégia familiar ou matrimonial. O *habitus* é o elemento unificador dos múltiplos tipos de estratégias – familiares, biológicas, culturais, etc. Em outras palavras, é pelo *habitus* que os agentes se estabelecem nas estratégias, sempre vistas como processos de escolhas, objetivos, opções, decisões, atuando de modo interdependente. Na estratégia, está fixada a criatividade dos agentes, indispensável para se adaptarem a situações variadas, inusitadas, descontínuas (p. 81). As estratégias não são infalíveis, elas variam com o tempo e com o espaço.

Assim, as estratégias, pelas predisposições do *habitus*, atuam em meio a uma série de ciclos ou processos que estão, o todo tempo, construindo e dissolvendo relações sociais na vida cotidiana. Por esses processos, a educação é construída de maneira semelhante entre os agentes, tornando possível a concretização de uma série de representações e práticas que contribuem para fundamentar o consenso sobre o sentido do mundo social.

Nas estratégias, os agentes não estão sujeitos a regras, e, sim, a regularidades: as coisas se passam de modo regular, isto é, os sujeitos sociais agem de acordo com seus interesses, mas mantendo as aparências de obediência a regras.

A estratégia é historicamente definida, adquirida desde a infância, pela participação dos agentes nas várias atividades do mundo social. A estratégia acontece com a experiência, o senso prático. Logo, as estratégias matrimoniais estão associadas aos pressupostos gerais das estratégias sociais, de modo que elas personalizam e põem em prática a educação. Analisar a família como estratégia não é defini-la meramente como parentesco, domicílio ou coabitação. É conceituá-la como um grupo real, uma forma de vida, na qual seus agentes são educados por laços de sentimentos, obrigações, trocas, gostos, parecidos, por sua vez, com produtos de condições sociais semelhantes. São sujeitos que produzem e reproduzem, tanto biológica como socialmente, opções, objetivos, escolhas, decisões, que lhes conservam em determinadas posições ou situações na vida cotidiana e geracional.

A família na processualidade histórica

Os ciclos ou processos das estratégias matrimoniais foram mais objetivamente delineados por Souza (1991), em quatro dimensões: casamento (exercício da sexualidade); procriação; preservação da saúde e criação dos filhos. Segundo a autora, estas dimensões estão combinadas em meio a uma variação de tempo e espaço.

Portanto, as estratégias familiares não são dimensões que rompem ou criam novos *modelos* de família, em detrimento de outros. Por exemplo: de um lado, a família tradicional, nuclear, patriarcal; do outro, a família moderna ou contemporânea. Nas dimensões das estratégias, os agentes estão, o tempo todo, construindo e dissolvendo grupos familiares no curso de situações concretas. Estas situações se diferem por classe, região ou país, interferem nos modos de casar, viver a vida conjugal, exercer a sexualidade e na criação e socialização de filhos. É válido considerar também o fato de estas dimensões estarem sob influências de novas ideologias, formas de saber, condições materiais, na dependência de mudanças históricas e simbólicas.

Muitos autores afastam suas análises desses enfoques porque tentam inter-relacionar o passado com o presente da família, criando *pólos de ruptura* nas suas análises: no passado, “família tradicional”, “o modelo” predominante historicamente; no presente, “família contemporânea”, resultante de uma “crise”, dos “abalos” sofridos pelo “modelo tradicional”. São interpretações que dificultam os entendimentos das estratégias familiares, nas quais é mais cabível considerar que, se, de um lado, o “tradicional” ainda perdura, do outro, a “crise” revela que nas famílias repercute-se muito mais o vai-e-vem das coisas. Minha intenção é revisitar alguns desses autores, ainda que não disponham suas concepções à luz do pensamento de Pierre Bourdieu.

Uma interessante exposição está em Charbonneau (1973), em que a família aparece como “o lugar por excelência da eterna dialética das gerações”. “O homem está fechado na perturbadora dialética da vida e da morte, do ser e do não ser, do tornar-se e do ter sido” (p. 19). No processo educacional da família, o nascimento e o crescimento do filho vão, paulatinamente, representar a “morte” do pai. Disso é que resulta o chamado “conflito de gerações”. O “conflito” é cada vez mais concretizado, na medida em que o filho absorve novos padrões de conduta, novas formas de pensar, de interpretar e de agir o(n) mundo, deixando as heranças de práticas e de representações do pai “fora” dele.

O ponto de vista de Charbonneau assemelha-se ao de Bourdieu (1996), para quem a família é um lugar de produção e reprodução das práticas sociais do *habitus* desde a infância, configurando-se como um princípio importante para a construção da realidade social, por meio de um trabalho de socialização. Na família, a socialização do filho é edificada por um diálogo entre as estruturas estruturantes subjetivas do filho com as estruturas estruturadas objetivas do pai, porque este representa uma etapa anterior àquele. O pai representa-se como um agente que insere as estruturas estruturadas sobre o filho: pai como sinônimo de sociedade. Mesmo não utilizando o termo *habitus* ou os seus elementos constitutivos, Charbonneau não nega esse princípio de socialização do pai sobre o filho. Esta é a semelhança entre Bourdieu e Charbonneau.

É assim que se trava a “ontologia específica dos grupos sociais” (incluindo a família), segundo Bourdieu, entre a realidade subjetiva dos agentes e a objetividade da sociedade. Há, portanto, um diálogo entre a “interiorização da exterioridade” com a “exteriorização da interioridade”. A diferença é que Bourdieu estabelece esta relação interioridade/exterioridade como um diálogo, ao passo que Charbonneau a estabelece como conflito de gerações.

De acordo com Vaistman (1995), a família como base da unidade produtiva; berço da autoridade paterna; seleção dos parceiros conjugais mais a cargo da parentela e menos a cargo do próprio casal; certas disparidades nas relações de gênero, levando a mulher a ter conquistas muito limitadas no espaço público são alguns dos eixos configurativos consolidados historicamente nos “velhos” estilos de família.

Instalam-se, portanto, relativas mudanças no caráter de família, com o desenvolvimento do capitalismo industrial e urbano, fazendo acontecer certos “abalos” na autoridade paterna. Dessa forma, passam a vigorar critérios mais pessoais e mais rígidos para a escolha dos parceiros conjugais, com a extinção do “princípio de eternidade” nas relações de casamento.

As práticas de casamento hoje são mais fundamentadas na livre escolha, mantendo-se muito mais a satisfação individual, haja vista que existe uma divisão mais igualitária nas relações de gênero. A participação das mulheres na escolaridade superior e nas atividades profissionais é contribuição importante no estabelecimento dessas novas práticas conjugais.

Muito mais como processos do que propriamente como rupturas históricas, estão: o cosmopolitismo; as identidades sociais consolidadas na profissão, no lazer, na aparência; a fluidez dos valores religiosos; a flexibilidade nas relações de trabalho, no mercado de trabalho, nos padrões de consumo; a produção tecnológica em paridade com a intensificação da “era virtual”; as representações implementadas pelos meios de comunicação social.

Por acontecimentos como esses, as estratégias matrimoniais são também delineadas em função da história do grupo envolvido, ou seja, dos casamentos anteriores. A sincronia dos membros da família, a história das linhagens são fatores que interferem em cada novo casamento que se realiza.

Os agentes das estratégias matrimoniais formulam vivências de família ou casamento, quer para garantir a sobrevivência pessoal ou grupal, quer para efetivar uma série de trocas simbólicas ou de patrimônio econômico, mantendo-as na estrutura das relações de classes. No entanto, fazem isto numa forma diferenciada, sempre por intermédio do *habitus*, agindo tanto consciente, como inconscientemente.

O historiador Hobsbawm (1995) revela interessantes processos implementados nos países de cultura ocidental, a partir de meados do século XX, que atingiram em cheio a família: o florescimento de indústrias de mão-de-obra feminina, a entrada da mulher no mercado de trabalho e a afirmação do movimento de mulheres como força política.

Hobsbawm (1995, p. 307) reconhece que nem sempre “grandes mudanças” acontecem com a entrada da mulher no mercado de trabalho, haja vista que “mulheres casadas em geral se viram carregando o duplo fardo de velhas responsabilidades domésticas e novas responsabilidades no emprego, sem mudanças nas relações entre os sexos ou nas esferas pública e privada”. O autor considera também que faz pouco sentido generalizar sobre o papel das mulheres na esfera pública e as correspondentes aspirações dos movimentos políticos femininos. No mundo ocidental, não é possível uma comparação integral entre os países desenvolvidos e os países do Terceiro Mundo.

As décadas de 60 e 70 do século XX são apontadas como o período da “revolução cultural”, porquanto atingem em cheio as “estruturas das relações entre os sexos e as gerações” dos países de cultura ocidental. É uma “revolução” que se firma em altas dimensões geográficas, estabelecendo novos padrões de conduta na família e no lar. A cultura jovem é impregnada como a “matriz da revolução cultural” porque vai estabelecer “no sentido mais amplo, uma revolução nos

modos e costumes dos homens e mulheres do meio urbano” (HOBSBAWM, 1995, p. 323).

Novas formas de lazer e arte; defesa do samba pelos intelectuais brasileiros, atingindo em cheio os jovens de classe média e alta; o ano de 1965 como o primeiro em que a indústria francesa de roupas femininas produziu mais calças que saias; a liberalização do homossexualismo; a legalização do aborto e do divórcio; a coabitação da mulher com o namorado antes do casamento; o *blue jeans* e a moda em geral; ampliação nas formas de linguagem: são alguns dos exemplos mais característicos dessas transformações ocorridas no século XX.

Para Hobsbawm (1995, p. 328), a revolução cultural estabeleceu “o triunfo do indivíduo sobre a sociedade” ou “o rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos a texturas sociais”, pois essas texturas consistem em configurar modelos de comportamento, sempre de acordo com as expectativas das pessoas umas com as outras. Instituições tradicionais como igreja e família foram as que mais “solaparam” este “novo individualismo moral”. Queda de vocações para o sacerdócio e crises de autoridade moral e material da igreja sobre os fiéis também reiteram o fato de que novas regras de vida e de moralidade foram implantadas com a “revolução cultural”. O fato é que a “sociedade industrial moderna, até meados do século XX, dependera de uma simbiose da velha comunidade e velhos valores com a nova sociedade” (p. 333).

Os importantes acontecimentos, destacados por Hobsbawm, ocorridos a partir de meados do século XX, representam uma “simbiose” entre velhos e novos processos configurados no âmbito familiar. Todos os elementos delineados na relação família-mulher e na “revolução cultural”, especificamente relacionados com a família, fazem evidenciar as regularidades das estratégias familiares. É mais plausível considerar que esses fatos históricos correlacionados com a família são “disposições duráveis”, inseridas nesses ciclos de vida dos seus agentes. Esses ciclos devem ser interpretados, levando-se em consideração situações concretas de tempo e de lugar que tendem a ser produzidas e reproduzidas nas gerações futuras.

Com base nos países de cultura ocidental, os desenvolvidos e os de Terceiro Mundo, Castells (2001) analisa alguns elementos que interferiram historicamente para o “fim” do patriarcalismo, contribuindo, conseqüentemente, para a “crise” da família patriarcal. Entre estes estão: a transformação da economia de mercado associada à abertura de oportunidades para as mulheres no campo da educação; as transformações tecnológicas ocorridas na biologia, farmacologia e medicina, delineando controles cada vez maiores sobre a gravidez. Os anticoncepcionais, a fertilização *in vitro* permitem à mulher um controle sobre seus corpos, deixando a gravidez como uma opção de vida; a afirmação do movimento feminista como força política a partir da década de 60; a rápida difusão de idéias em virtude da “cultura globalizada”, sobretudo com a ampliação dos eixos de comunicação, inclusive no campo da informática.

Assim, pelas considerações conceituais do *habitus* de Bourdieu, pode-se deduzir que, na relação mulher/família, existem predisposições duráveis das estratégias, variáveis segundo tempo e lugar, de modo que há uma produção e uma reprodução de objetivos, escolhas, decisões nas quais se mesclam o ontem e o hoje. Em outras palavras, a mulher, independentemente do tempo e do lugar, tanto pode ser dona de casa, responsável pelos cuidados domésticos, como assumir responsabilidades para além da casa.

Não podemos dizer, conforme assinala Souza (1991), que os movimentos de mudança que afetam a família representam rupturas das novas gerações com os processos historicamente construídos. É mais coerente considerar que as estratégias familiares sempre se combinam e se encadeiam em ciclos de vida variados e concretos. É uma lógica produzida e reproduzida de acordo com as considerações do *habitus* de Bourdieu. No *habitus*, fica evidenciado o fato de que os agentes sociais estão presos a práticas que resultam em estratégias, como casamento, exercício da sexualidade, procriação, preservação da sobrevivência, criação dos filhos.

A lógica das estratégias junto a estudos de família no Brasil

Os agentes da família são socializados e/ou educados pelas disposições do *habitus*. Como o sistema das práticas do *habitus* pré-determina a lógica das opções e das escolhas das estratégias sociais (incluindo, pois, as estratégias familiares), é possível associar a educação desses agentes a estilos de vida específicos, conforme algumas peculiaridades reveladas em estudos de família no Brasil.

Esses estilos de vida foram evidenciados por Bourdieu (1996) no designado “espírito de família”, porquanto assegura sentimentos e obrigações comuns aos membros familiares. A mulher é um agente importante na edificação do “espírito de família”, especialmente nos relacionamentos que ela procura manter não somente com sua família, mas também com a do seu cônjuge: telefonemas nos aniversários e em datas festivas, fotografias em reuniões familiares, inúmeras trocas simbólicas, por meio de ajudas e visitas. Evidentemente a mulher não é o único agente que consolida esse tipo de “espírito”. O que vale reforçar é que, neste espírito, é configurado o próprio trabalho de instituição da família, mediante o qual ela se reafirma de maneira duradoura.

A lógica das estratégias familiares é situada em Da Matta (1987), quando mostra que as famílias são concretizadas pela genealogia, por elos jurídicos e parentela. Nos tempos coloniais, as famílias conseguiram impregnar várias redes de relação: o escravo, os afilhados, os filhos de criação, os agregados, todos em volta de um núcleo, tendo o senhor como o centro do sustento.

Família é sinônimo de valor e pode nortear uma série de representações, entre as quais: “essa comida é familiar”; “aquela moça é de família”; “família importante e boa”; “família de comerciantes”; “ter um nome de família é importante”. A família “legal” expressa algo de positivo e de bom que está “de acordo com as boas normas da sociabilidade e da moralidade” (DA MATTA, 1987, p. 125).

As famílias de classe média vivem intensamente o “individualismo contemporâneo” e acabam perpetuando uma multiplicidade de situações

familiares, tal como nos tempos coloniais. Fazem concretizar uma realidade de semelhança entre marido e mulher por terem responsabilidades comuns com emprego e carreira. Também abrigam uma “massa anônima” representada por babás, empregadas, parentes, que podem pertencer a situações de família das formas mais diversas: “famílias que existem pela metade; famílias em que um dos seus membros, adultos ou não, precisam sair para a rua a fim de ganharem a vida” (DA MATTA, 1987, p. 128).

A processualidade das estratégias familiares nos estudos de Da Matta leva à conclusão de que as famílias hoje demarcam estilos distintos de convivência, ainda mais se considerado o fato de serem conceituadas como valor e poderem sustentar os mais diversos estilos de vida. A organização familiar fixa uma “idéia de casa” em que são ajustadas relações sociais complexas, que estabelecem uma vivência comum de problemas, misturando consangüinidade e afinidade, mediando hierarquicamente as pessoas numa escala funcional de importância junto ao grupo central e dominante da casa.

Woortman (1987), em estudos realizados com famílias na periferia de Salvador, definiu laços de parentesco como sendo, igualmente, de reciprocidade. Os agentes de sua pesquisa revelam que parentes têm um significado especial, ainda que as famílias, muitas vezes, não tenham aproximações com eles: “uma ofensa a um membro da família é uma ofensa à família como um todo”. Também, as ajudas mútuas são muito fortes nessa pesquisa: “o parente é para ajudar na precisão” (p. 152-200).

A ajuda material, a troca de serviços, o apoio moral e o cuidado com as crianças foram as principais funções do parentesco diagnosticadas pelo autor. A ajuda material foi retratada mais por parte dos homens, as outras três foram citadas tanto por homens quanto por mulheres.

A ajuda material tem a ver com a obtenção de empregos, empréstimos de dinheiro e assim por diante. A troca de serviços está ligada ao suprimento de necessidades e obrigações imprevisíveis do

cotidiano: presentear os parentes em datas festivas, conseguir apoio nos momentos de doença. O apoio moral acontece, principalmente, quando as mulheres querem deixar seus companheiros ou quando querem que eles saiam de casa. O cuidado com as crianças refere-se a ter alguém com quem deixá-las nos horários de trabalho.

Sendo socializados e educados simultaneamente, os agentes familiares, muitas vezes, acabam formulando projetos, objetivos e trajetórias comuns de vida. É o que se constata num eficiente estudo realizado por Guimarães (1991), na Região Metropolitana de Salvador, junto a famílias de trabalhadores da indústria petroquímica. As semelhanças são sentidas desde as famílias de origem dos sujeitos da pesquisa, as quais migraram para a capital com o intuito de buscar melhores oportunidades de estudos e trabalho para seus filhos.

Os planos de vida apresentaram-se de maneira parecida nas famílias da pesquisa: dificuldade em cursar o segundo grau em escolas públicas, muitas vezes no turno da noite; necessidade de complementar os estudos com especializações em escolas técnicas nas suas áreas de trabalho. Outro aspecto comum nas trajetórias, tanto dos homens como das mulheres, diz respeito ao processo de consolidação dos relacionamentos conjugais: a primeira gravidez da namorada, seguida ou não de casamento legal, foi um dos grandes incentivos à coabitação.

Outra marcante semelhança entre essas famílias de trabalhadores é quanto ao modo de ver a educação: “hoje a educação é outra; na geração passada, os pais utilizavam-se da violência, castigavam, espancavam os filhos, o que não é mais possível na atualidade”. Houve, portanto, uma forte pretensão, não somente com o sustento material, bem como com o sustento emocional, com mais diálogo (GUIMARÃES, 1991, p. 11).

Em Corrêa (1994), o perfil predominante até então nas análises historiográficas sobre a formação da sociedade colonial é demarcado por descrições fundamentadas na grande propriedade latifundiária, na miscigenação étnica, no trabalho escravo, no patriarcalismo e na economia de agroexportação. Senhores de terras e de escravos são

considerados os grandes donos das riquezas internas, restringindo a estratificação social exclusivamente em torno dos senhores e de escravos. Portanto, os indivíduos que não se enquadram numa dessas duas categorias são considerados os marginalizados da época, a exemplo dos pequenos e médios agricultores.

Esse tipo de visão estreita o âmbito da sociedade colonial, constrói uma interpretação de família que a reduz à “forma vigente das camadas senhoriais”, ou seja, caracterizada pela prática da dominação masculina, subordinação da mulher e casamento entre parentes. Há uma tentativa de acomodá-la nos estreitos limites do engenho ou da fazenda, lugares privilegiados da concepção sobre o nascimento da sociedade brasileira.

A atenção para as peculiaridades regionais revela a existência de comerciantes com posse de bens a um nível bem superior ao dos produtores rurais, por mais ricos e influentes que estes fossem. No entanto, apesar das riquezas, os que exerciam atividades mercantis e financeiras não se colocavam como os detentores de *status* mais elevado. Assim, a hierarquia social estava encabeçada pelos senhores de terras e escravos, demonstrando que esta lógica de *status* não se restringia somente à riqueza e nem se explicava exclusivamente por fatores econômicos.

As considerações de Corrêa (1994) ratificam a construção e a dissolução das estratégias de família no curso de situações históricas, porque, de acordo com a autora, o estudioso da área de família colonial deve atentar para as especificidades locais e regionais. A dita “família tradicional” funciona muito mais como elemento de ordenação do sistema colonial. Este não foi, portanto, o modelo familiar dominante quantitativamente na sociedade tradicional colonial; constituiu-se mais como um instrumento que o Estado e a Igreja utilizaram para a manutenção dos seus poderes.

Os nexos de reciprocidade com os laços de parentesco ficam novamente evidentes nos estudos de Sarti (1994), realizados na periferia de São Paulo. Ela mostra que *casa* e *família* têm diferentes significados.

Casa aparece como o ambiente físico da morada, e *família*, como o espaço das inter-relações entre os seus membros. A mulher é a chefe da casa; o homem, o chefe da família. A lógica dessa estratégia aparece da seguinte forma: o homem deve transmitir um “modelo” de autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar, possibilitando a concretização de uma hierarquia de autoridade sobre a mulher. A sua presença estabelece uma interlocução entre o espaço interno familiar e o mundo externo da sociedade. À mulher, cabe manter o vínculo anteriormente já estabelecido pelo homem entre esses dois espaços.

Nesse tipo de estratégia familiar, a relação pai/filho aparece como a mais forte das trocas simbólicas. Ela é implementada em função de laços de obrigação e de interesses mútuos: os pais oferecem aos filhos os recursos materiais que garantam a sua sobrevivência no presente, são recursos essenciais para dar sentido aos projetos de casamento dos filhos; destes últimos, espera-se que eles ofereçam a garantia da sobrevivência futura dos pais.

Pelas análises de Goldani (1994), pode-se deduzir que, a partir da década de 70, múltiplos processos de opções e decisões de vida das estratégias familiares são evidenciados porque a mulher e os filhos vão em busca de conquistas no mercado de trabalho. Ambos passam a ter um maior poder nas decisões da renda monetária familiar, compartilhando com o pai as responsabilidades de manutenção da família e promovendo, conseqüentemente, certas redefinições nos padrões de hierarquia da paternidade sobre a maternidade e a filiação.

A década de 80, analisada por Goldani sob o paradoxo de “década perdida” e “década da redemocratização”, pode ser apreendida como uma entre as várias coações objetivas que orientam as ações individuais dos agentes familiares. Por um lado, com a anistia, abriram-se espaços para a participação política, a recriação de partidos políticos. Por outro, um aumento intenso nas desigualdades sociais, uma diminuição de salários da grande maioria da população, mais a sofisticação no consumo para a sua minoria. Ocorre também a falência do “Estado do Bem-Estar Social”, elevando as iniciativas pessoais no interior da família,

criando novos estilos de vida, que acabaram entrando em consonância com a participação conjunta dos seus membros no mercado de trabalho. Família e comunidade tomam o lugar do Estado em ações que visam à sobrevivência familiar.

Outros processos sociais de sobrevivência das estratégias familiares, configuradas em trocas simbólicas e materiais, para além dos laços de parentesco, foram muito bem delineados em Carvalho (1994). Seus estudos foram realizados em áreas periféricas de várias regiões metropolitanas do Brasil vinculadas às grandes migrações urbanas, advindas, a partir da década de 50, com o fenômeno das grandes secas. A realidade cotidiana das famílias da pobreza nessas áreas periféricas urbanas é implementada sob o signo do chamado *apartheid social*: de um lado, a pequena população rica, vivendo em bairros de condomínios fechados, distribuídos em áreas espaçosas; de outro, a grande maioria da população, confinada em cortiços, favelas, casas precariamente adaptadas para morada, ainda sem acesso aos bens e serviços públicos da cidade.

As famílias nessas áreas são constituídas de forma eminentemente ampliada e fluida, compostas por parentes ou conterrâneos, muitas vezes provenientes de várias regiões do Brasil. Na sua análise, Carvalho constrói três tipos de trocas, designadas por ela de “solidariedade”: a *conterrânea/parental*; a *apadrinhada*; a *missionária*. São trocas não somente materiais, como simbólicas. Por um lado, reproduzem as condições de classe dessas famílias; por outro, são implementadas consciente ou inconscientemente, porém interdependentes entre si.

A solidariedade conterrânea/parental cria uma série de inter-relações cotidianas nas famílias, mediante nexos de favores como: pagamentos de conta água/luz, táxi quando se tem alguém doente, empréstimos em dinheiro, entre outros. Esses vínculos reafirmam a mulher como força de trabalho, fazem gerar menos filhos e estabelecem uma diferenciação entre *chefe* – pai provisório, enquanto convive dentro de casa – e *provedor* – uma espécie de contínuo auxiliar financeiro.

Quanto à solidariedade apadrinhada, é esta que produz ligações entre um ou mais membros dessas famílias e as classes altas, quer como jardineiros, quer como vigilantes ou outros. Isto faz estabelecer, então, um canal de doações como roupas, eletrodomésticos, remédios, colaborando com a composição do consumo dessas famílias.

Essas trocas possibilitam a criação de vínculos entre as famílias da pobreza e as das classes média e alta e delimitam a chamada “cultura do apadrinhamento”, em que pessoas das classes altas preferem ajudar de forma particular os “apadrinhados” da pobreza do que financiar e colaborar nos programas sociais públicos.

Já a solidariedade missionária refere-se à instalação de uma verdadeira pluralidade cultural religiosa, expandida nos diversos trabalhos comunitários das várias igrejas: católica, espírita, protestante. Esses trabalhos concretizam um aprendizado entre estas famílias da pobreza, quer perante a vivência na cidade, quer como um mecanismo de acesso a serviços públicos, a espaços de lazer, à cura de doenças, à área de assistência social e assim por diante.

Muitas vezes contribuindo para a reprodução do esquema de enfrentamento nessas famílias da pobreza, a igreja é, contudo, a instituição de maior credibilidade no seu meio. Mais do que os partidos políticos e os agentes do governo, a igreja se constitui uma das bases na vivência organizativa e mobilizante dessas populações, um forte instrumento de luta por moradia, saúde, saneamento, transporte.

A violência e o tráfico de drogas complementam a rede de serviços dessas estratégias familiares da pobreza. Elas permeiam dentro e fora do ambiente familiar, podendo envolver, portanto, os seus próprios membros. Matando a si próprios, espancando e violentando fisicamente ou sexualmente filhos e demais membros, com ou sem a cumplicidade das drogas, o fato é que, segundo Carvalho, a marginalidade e a discriminação são reproduzidas nessas famílias quotidianamente, inclusive por vários outros canais: pela cor, pela aparência, pelo não acesso aos serviços básicos como educação e saúde.

Portanto, os nexos de solidariedade dessas estratégias familiares concretizam-se em um esquema atrelado a uma queda do poder aquisitivo e das condições de vida dos membros familiares da pobreza.

Além do mais, os laços se diversificam, mas sempre atrelados a uma série de obrigações a serem cumpridas para manutenção da vida. Nas famílias monoparentais, por exemplo, a mulher não é só a dona-de-casa, mas passa, muitas vezes, também a ser a chefe da casa.

Bilac (1995) faz uma análise sucinta das transformações recentes nas estruturas familiares do Brasil, demonstrando como os ciclos das estratégias matrimoniais são construídos, dissolvidos e reconstruídos, segundo as diferentes condições de classe. Pelos seus estudos, pode-se apreender que as estratégias sociais são implementadas nas famílias de camadas populares mediante a “lógica da reciprocidade” e, nas de camadas médias, pela “lógica do individualismo”. Logo, as famílias são diferenciadas não somente por classes, mas por estilos de vida.

Em virtude de estarem sob a ameaça constante do desemprego e de salários arrojados, a lógica da reciprocidade das famílias populares faz edificar a designada “estratégia de sobrevivência”, evidenciada na fluidez da autoridade paterna, principalmente pelo fato de os filhos serem igualmente provedores da casa. Elas montam certas articulações com as crianças em torno de como fazê-las levar o dinheiro para casa, dado que estão sob influências de forças superiores da rua e de um inseguro consumo. O cotidiano dos agentes dessas famílias é concretizado em meio a contínuos antagonismos como cidadania/exclusão, trabalho/não trabalho, consumo/não consumo. O público invade o interior dessas famílias numa forma constante e enfática, transformando, muitas vezes, o próprio espaço familiar em espaço de trabalho, impondo rotinas de horários para escolas, atendimentos médicos e transportes.

A lógica das estratégias de sobrevivência faz subordinar as realizações pessoais aos interesses e necessidades do grupo familiar. Isto não quer dizer que a harmonia e o consenso estejam continuamente presentes. Pelo contrário, mais valem as decisões que garantam a sobrevivência pessoal ou grupal, mantendo estas famílias na estrutura das classes populares.

Já nas famílias das camadas médias, impera mais a “lógica do individualismo”. São famílias mais propícias ao isolamento físico, à diversificação no consumo familiar e à invasão do público numa forma mais sutil. Sempre atraindo estilos de vida que reforçam o individualismo, nestas famílias há uma contínua busca em torno da criação de patrimônio e de novas condições de mobilidade social, inclusive para as gerações posteriores. Muito longe de serem provedores, as crianças, desde cedo, acostumam-se a ser o centro das atenções. O aumento do divórcio e das separações estabelece padrões mais igualitários nas relações de gênero.

É válido considerar que alguns processos sociais de sobrevivência das estratégias familiares das camadas populares, configurados em trocas simbólicas e materiais, também são conseqüências advindas da falência dos serviços públicos do Estado para com a família. Isto faz criar alguns sistemas de reciprocidade com os laços de parentesco (por sangue ou adoção) e para além destes, em prol da aquisição de benefícios comuns. São, portanto, processos de construção e de dissolução objetivos, decisões que asseguram a sobrevivência desses agentes familiares.

Muitos estudos no Brasil ancoram a família em duas distinções: *grupos domésticos* e *arranjos domiciliares*. De acordo com Medeiros e Osório (2002), quando os agentes familiares moram no mesmo domicílio, ocorre a existência de *grupos domésticos*; quando se tem somente coabitação, mas não se vive em família, são estabelecidos os chamados *arranjos domiciliares*. Segundo eles, nos grupos domésticos estão envolvidos “laços de parentesco e normas de convivência, que determinam direitos e obrigações de várias espécies a seus membros” (p. 2). Já os arranjos domiciliares são concretizados pela coabitação. As repúblicas de estudantes, os asilos, os quartéis são alguns dos exemplos dos arranjos domiciliares sem grupos domésticos.

Alguns desses estudos sobre grupos domésticos têm suporte nos dados demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como é o caso de Goldani (1994). Ela revela que esses dados apontam para uma tendência de crescimento, especificamente em dois desses grupos, “pessoas morando sozinhas”

e “famílias monoparentais”. As causas são variadas: famílias reconstituídas, resultantes das crescentes taxas de divórcio, separação, re-casamentos, além da entrada conjunta de esposas e filhos no mercado de trabalho, em razão da crescente procura por emprego e da necessidade de desvincular-se da família de origem.

Berquó (1998) analisou alguns dados sobre grupos domésticos em três décadas, 1970, 1980, 1990 e constatou que, enquanto em alguns, houve uma sensível diminuição de percentuais, em outros, pelo contrário, quase dobraram. É o que fica delineado na seguinte tabela:

Distribuição percentual de grupos domésticos por ano

Ano Grupo Doméstico	1970	1980	1990
Casal com Filhos	57,6	54,8	53,3
Mãe com Filhos	82,3	80,9	89,1
Pai com Filhos	17,7	19,1	10,9

Fonte: IBGE/Censos Demográficos

O grupo doméstico que se configurou em maior proporção foi o de *Mãe com Filhos*, comprovando uma tendência crescente da existência de famílias chefiadas por mulheres, maior inclusive em relação ao de *Casal com Filhos*. Há certa independência maior da mulher em relação ao homem, de morar a sós. As mulheres que moram nesta condição estão normalmente na faixa da terceira idade. Ficam mais sujeitas a taxas maiores de viuvez, dada a sobremortalidade masculina, e a menores chances de recasamento.

A autora também constata que as famílias chefiadas por mulheres, com o passar do tempo, parecem encontrar menos oportunidades para mudar de situação, porque os seus filhos, assim que adquirem idades mais avançadas, já saíram de casa ou mesmo faleceram. Mulheres idosas, viúvas ou separadas, com possibilidades financeiras, optam por morarem sozinhas.

Quanto aos homens, a condição de morar na casa dos filhos parece mais comum para o pai da terceira idade, viúvo ou separado que

não voltou a se casar, dada a sua maior dependência a cuidados físicos. Esta dependência do homem cria, automaticamente, maiores possibilidades de re-casamentos independentemente da idade.

Os grupos domésticos chefiados por homens ou mulheres são provenientes de rupturas conjugais e reiteram o fato de que as formas de morar estão associadas aos pressupostos gerais das estratégias sociais. Os gostos desses agentes são parecidos, levam-nos a viverem sob condições semelhantes e a construir e dissolverem relações em seus cotidianos, que fundamentam o consenso sobre o sentido do mundo social.

Segundo a autora, entre as décadas de 50 e 60, quando os estudos demográficos passam a ser realizados de forma mais sistemática, o grupo doméstico “uniões consensuais” teve uma ocorrência maior nos estratos mais pobres da população brasileira. No entanto, para os anos posteriores, este grupo vem assumindo importância e vem atraindo a atenção também das camadas médias urbanas, como primeira opção de vida conjugal, isto é, uma espécie de casamento experimental.

A desmistificação da família tradicional patriarcal, as trocas simbólicas, a co-participação da mãe e dos filhos no mercado de trabalho, os nexos de solidariedade, a variedade dos grupos domésticos são algumas das muitas lógicas das estratégias de família. Por sua vez, são processos que predisõem os agentes familiares a uma educação que reitera o fato de que os circuitos (o vai-e-vem) das estratégias familiares obedecem a determinados ciclos de construção e de dissolução de decisões e de escolhas para garantirem a sobrevivência pessoal e grupal de famílias no Brasil.

Conclusão

A melhor formulação sociológica sobre o tema é aquela que desmistifica modelos ideológicos que tendem a inibir a diversidade das famílias. Trata-se de uma constante busca por descaracterizar qualquer tipo de concepção que trate do assunto nos moldes de “A Família” e

procurar retratá-la dentro de uma pluralidade de processos de construção e de dissolução, ou melhor, como “famílias”. Para tanto, é imprescindível manter um constante diálogo entre sociedade, educação e família, isto é, levar em consideração que os agentes familiares estão à mercê de coações objetivas da sociedade, intermediadas pela educação.

Este diálogo entre sociedade, educação e família é ratificado no conjunto das práticas do *habitus* que predispõe a lógica das opções e escolhas das estratégias sociais. Em outras palavras, os eixos de educação dos agentes familiares são, *a priori*, estabelecidos pelo *habitus* e, *a posteriori*, pelas estratégias de família.

Enfim, é interessante considerar que a lógica das estratégias familiares não é estanque, em razão de uma educação atrelada a processos de construção e de dissolução para seus agentes, levando-se em consideração o tempo histórico e o espaço. Nem sempre é correto dizer que a família de ontem “se foi”, ou que a de hoje “é nova”: o “velho” mescla-se ao “novo” – da mesma forma que o presente com o passado – consolidando, assim, o trabalho de instituição da família.

Referências bibliográficas

BERQUÓ, Elza; OLIVEIRA, Maria Coleta. A família no Brasil: análise demográfica e tendências recentes. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 13., 1989, Caxambu. **Anais...** São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1989. v. 1. p. 30-64.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: NOVAIS, Fernando. (Org.). **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4.

BILAC, Elisabete Dória. Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 13., 1989, Caxambu. **Anais...** São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1989.

_____. Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil. Notas muito Preliminares. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara Torres. (Org.). **Família em processos contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1995.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, Sílvia Manoug (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CHARBONNEAU, Paul Eugène. **Educar: problemas da nossa juventude; diálogo de gerações**. São Paulo: Círculo do Livro, 1973.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: _____ et al. (Org.). **Colcha de retalhos**. Estudos sobre a família no Brasil. Campinas: Unicamp, 1994.

DA MATTA, Roberto. **A família como valor: considerações não familiares sobre a família brasileira**. In: ALMEIDA, Angela Mendes de (Org.). **Pensando a família no Brasil. Da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

FIGUEREDO, O. **Aveso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no Século XVIII**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

FUKUI, Lia F. G. Estudos e pesquisas sobre família no Brasil. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 10, 1980.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, n. 9, 1991.

_____. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 91, nov. 1994.

GOODE, William Joosiah. **A família**. São Paulo: Pioneira, 1970.

GUIMARÃES, Iracema Brandão. Perspectivas sociológicas da família. **Análise & Dados**, Salvador, v. 6, n. 1, 1991.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**. O breve século XX. 1914/1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, 1960/2000.

MARIZ, Cecília L.; MACHADO, Maria das Dores Campos. Mulheres e prática religiosa nas classes populares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, jun. 1997.

MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael. **Mudanças nas famílias brasileiras**: a composição dos arranjos domiciliares. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada, 2002.

MICHEL, André. **Sociologia da família e do casamento**. Porto (Portugal): RÉS, 1983.

RIBEIRO, Ivete. Família no Brasil e valores: alterações e permanências. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 3, n. 1, jan./jun. 1986.

SAMARA, Eni de Mesquita. Tendências atuais da História da família no Brasil. In: ALMEIDA, Angela Mendes de (Org.). **Pensando a família no Brasil**. Da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

SARACENO, Chiara. **Sociologia da família**. Lisboa (Portugal): Estampa, 1997.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem moral. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 91, nov. 1994.

SOUZA, Guaraci Adeotado Alves de. A hipótese da convergência: uma ilusão de ótica. **Cadernos do CRH**, Salvador, n. 15, jul./dez. 1991.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A família. In: SHAPIRO, Harry L. (Org.). **Homem, cultura, sociedade**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1956.

VAISTMAN, Jeni. Indivíduo, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 38, 1995.

WOORTMAN, Klass. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.